Das paisagens artificiais

António Viana Barreto foi meu professor numa altura crucial do seu percurso: quando pela primeira vez tinha a oportunidade de escrever os diplomas legais que materializavam o que tinha vindo a ser o seu trabalho de há vários anos.

Assisti, porque as aulas viviam dessa circunstância, à construção dos diplomas legais da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional, dos Planos Directores Municipais, da extracção de inertes, entre vários outros, discutidos pelo seu principal redactor, no momento da sua redacção.

Dessa experiência, que mais uma vez pode estar a ser traída pela memória nos detalhes, fiquei sempre com uma relação muito pouco sacralizada em relação aos diplomas legais do ordenamento do território, vendo-os como opções e hesitações, podendo ter tido desfechos diferentes, com fundamentos nem sempre inquestionáveis, pese embora o sólido bom senso de Viana Barreto.

Muito mais importante que isso, fiquei para sempre convencido da base que estava por detrás desses diplomas, mesmo quando

as normas concretas que a pretendiam traduzir teimavam em não ser perfeitas.

Nessa base se incluíam preocupações de integração na paisagem de infra-estruturas, construções, equipamentos que, regra geral, procuravam entender de que forma «uma mão invisível» parecia conduzir a ocupação tradicional do espaço no sentido da racionalidade e do equilíbrio.

Quase sempre a solução mais funcional e económica em materiais e energia, com as técnicas e conhecimentos existentes numa determinada época, era a que se encontrava no terreno.

É verdade que só muito mais tarde ficou absolutamente claro para mim que isso não se devia a uma sensibilidade, inteligência ou mesmo pragmatismo superior das comunidades tradicionais, mas sim à sedimentação que o tempo conferia às soluções.

O que hoje conhecemos da arquitectura popular e nos permite verificar princípios de integração na paisagem, não é resultado de um processo intencional. Na realidade, não é crível que todas as casas obedeçam a regras de localização e arquitectura muito sofisticadas.

Com tempos longos de uso do espaço, é natural que as más soluções, que existem em todas as épocas, sejam rejeitadas ou corrigidas e as boas soluções resistam melhor à usura do tempo.

Com a abundância de energia barata que fomos buscar aos combustíveis fósseis, passámos a poder alterar rapidamente as paisagens, sem tempo de sedimentação suficiente para que as más soluções sejam eliminadas antes de se reproduzirem e afectarem largas extensões.

O tempo de uma estrada ser construída hoje não permite verificar e corrigir erros de traçado; o tempo de construção de um bairro, seja ele social, seja ele um condomínio fechado, não permite corrigir exposições erradas, organizações do espaço menos conseguidas; o tempo de construção de linhas eléctricas, barragens, gasodutos, parques industriais, etc., é hoje muito mais curto que alguma vez foi[52].

---

[52] «No que toca aos trabalhos do lago Fucino, em empreendê-los obteve tanto proveito quanta glória, pois muitos particulares se tinham proposto arcar com as

Se a base energética que nos move enquanto indivíduos assenta nas plantas ou, se quisermos, na capacidade de as plantas transformarem energia solar em energia química através da fotossíntese, a base energética que move e sustém as comunidades é mais diversificada.

Antes do uso intenso que agora fazemos dos combustíveis fósseis, directamente ou através da sua transformação na corrente contínua de electrões a que chamamos electricidade[53], sempre usámos outras formas de energia facilmente disponíveis: o sol, o vento, as correntes, dos rios ou dos mares ou o fogo.

Enquanto fomos apenas caçadores recolectores, o nosso impacto nas paisagens terá sido pequeno e o nosso consumo de energia pouco ia para além da que retirávamos dos alimentos ou a que usávamos passivamente: o rio que se descia, o sol que nos aquecia, a pele de animal que nos cobria.

A domesticação de animais foi um instrumento multiplicador da nossa força e deu-nos razões para querer mudar o mundo que nos rodeia, com o objectivo de obter melhores produções.

Manter-nos vivos, modelar a paisagem, produzir mais, circular, tudo isso são actividades consumidoras de energia, quer no momento inicial em que abrimos uma clareira, uma estrada ou construímos mais uma casa, quer depois, para usar e manter em bom estado o que tende sempre para a ruína e o desaparecimento.

O que distingue a «mão invisível» que conduzia a intervenção tradicional no território da «mão invisível» que conduz a intervenção mo-

---

despesas, desde que se lhes cedesse o terreno que ficasse enxuto. Após grandes trabalhos, concluiu-se este canal, o qual teve de ser aberto, numa extensão de três mil passos, através de uma montanha, cortada em parte e arrasada na parte restante. A obra durou onze anos, e nela trabalharam sem descanso trinta mil homens» descrevia Suetónio a propósito de um dos 12 Césares.

[53] Poucas vezes temos a noção de que a electricidade é uma forma de energia que não se pode armazenar. Como é um movimento de electrões, o que gastamos em cada momento tem de estar a ser gerado noutro lado ao mesmo tempo. Esta característica, de que temos pouca consciência por ser tão fácil carregar no botão que desencadeia o fluxo de electrões que usamos num determinado momento, condiciona toda a gestão do sistema electro-produtor, obrigando a uma constante adaptação da produção ao consumo.

derna é a imperfeição da integração do custo energético resultante da actual energia a pataco[54].

Vale a pena, por isso, pensar como será possível ter melhores soluções, paisagens com mais qualidade, quando temos uma grande capacidade técnica para aumentar a velocidade de transformação. E vale a pena tentar perceber o risco de perdas irreversíveis que está associado a esta capacidade técnica.

A ideia de que existem paisagens notáveis que justificam uma gestão que não é puramente económica é uma ideia antiga como o mundo, materializando-se sobretudo através da sua sacralização ou na restrição ao seu uso imposta pela força do poder.

Mesmo em paisagens menos notáveis, as alterações bruscas de paisagem são, de maneira geral, controversas, o que se compreende pela noção da irreversibilidade das alterações à escala da paisagem.

A paisagem é importante na criação de sentimentos de identidade e comunidade em relação a um determinado local; é aquilo que nos faz sentir em casa, com tudo o que a expressão significa de conforto e segurança.

Em mundos velhos, como Portugal, «a paisagem é uma síntese que essencialmente reflecte a forma como o Homem se relaciona com a natureza»[55].O que significa que, quer pelo dinamismo dos processos naturais, quer pelo dinamismo das sociedades humanas, quer ainda pelo dinamismo da forma como essas sociedades humanas se relacionam com os processos naturais, as paisagens humanizadas estão em permanente alteração. A elas se aplica, na perfeição, o verso final de «mudam-se os tempos, mudam-se as vontades»: «que não se muda já como soía».

Impedir uma determinada alteração, por exemplo a instalação de um parque eólico, não garante a manutenção da paisagem, porque sig-

---

[54] Pode parecer estranha a referência a energia a pataco num tempo em que se fala de energia cara, mas essa estranheza apenas resulta do que se usa como referência de base. Os preços da energia actual, mesmo com as suas grandes oscilações, são ainda incomparavelmente mais baixos que no tempo em que 30 000 homens abriam em 11 anos um canal de drenagem na Roma imperial.

[55] Ideia que, tal como a de «crítica da paisagem», roubei a Teresa Andresen.

nifica sempre optar por outro processo de mudança e não a fixação do que hoje conhecemos.

A consciência de que a domesticação de uma paisagem pelo homem implica sempre a sua alteração fundamentou a ideia de «set apart a certain Tract of Land [...] as a public Park. [...] reserved and withdrawn from settlement, occupancy, or sale [...] and dedicated and set apart as a public park or pleasuring-ground for the benefit and enjoyment of the people»[56] na segunda metade do século XIX.

Essa ideia corresponde ao desenvolvimento da gestão de paisagens pela intervenção directa do Estado, subtraindo-a à normal evolução que resultaria da actividade económica, e contém uma novidade relevante: essa forma de subtracção da evolução da paisagem ao desenvolvimento económico faz-se com o objectivo de oferecer paisagens excepcionais às pessoas comuns e não, como até aí, para reservar o seu uso aos detentores do poder ou ao sagrado.

Ao introduzir a ideia de vastas áreas excepcionais cujos objectivos de gestão não passam por criar mais riqueza mas por manter sem alteração as suas características, para que possam ser apreciadas por qualquer pessoa no futuro, efectuou-se um corte com o passado de respeito pela «mão invisível», que guiou dominantemente a construção de paisagens.

A partir desse momento, a racionalidade de gestão dessas áreas deixa de ser assegurada pelo conjunto de acções de cada agente económico para passar a ser garantida pelo Estado, gestor dominante da área protegida. Por ser uma gestão orientada por critérios não económicos, depende de recursos gerados externamente[57], pelo que é legítimo dizer que se está perante a criação de paisagens artificiais, ou mantidas artificialmente.

---

[56] Da decisão do Senado americano que cria o Parque Nacional de Yellowstone, o primeiro parque nacional do mundo

[57] Pode dizer-se que em circunstâncias especialmente favoráveis a visitação pode gerar recursos suficientes para a gestão destas áreas, mas estas são situações muito pouco comuns.

As áreas protegidas são áreas em que se pretende manter artificialmente o património existente, incluindo paisagens naturais ou construídas por sistemas económicos e sociais que podem estar em desaparecimento.

Inicialmente a opção de proteger paisagens da alteração que, inevitavelmente, sofreriam com o uso económico para que tenderiam, foi tomada apenas em áreas com pouca ou nenhuma intervenção humana, ou das quais essa intervenção foi afastada. Mas aos poucos o modelo de conservação de paisagens excepcionais, com base na autoridade e nos recursos do Estado[58], passou a ser a base de intervenções que pretendiam salvaguardar a qualidade da paisagem, mesmo quando resultava de intervenções humanas anteriores. Esta evolução da ideia de conservação de paisagens tem consequências éticas muito importantes, colocando muitas vezes em confronto os interesses locais de desenvolvimento económico e os interesses supra-locais de manutenção da paisagem «for the benefit and enjoyment of the people».

A verdade é que a discussão do que deve ou não manter-se pode ser confundida com uma mera discussão de gosto, quando não exista consenso social suficiente sobre o carácter excepcional do que se pretende conservar.

Nos Estados mais autocráticos a solução foi muitas vezes deslocar as comunidades locais. Nos Estados mais democráticos a solução foi combinar os instrumentos regulamentares, isto é, as imposições do Estado, com instrumentos contratuais. O que se pretende é remunerar os serviços de manutenção da paisagem «for the benefit and enjoyment of the people», que é prestado pelas comunidades locais ao conjunto da sociedade.

Em qualquer das circunstâncias acima descritas o resultado é uma transferência de responsabilidade da decisão sobre o território dos cidadãos para os Estados, mesmo que mitigada pelos mecanismos de

---

[58] Criando mecanismos regulamentares ou económicos que actuam sobre a racionalidade económica de cada comunidade condiciona-se o processo de evolução da paisagem.

participação dos cidadãos no governo do Estado e na gestão da área protegida. Esta transferência tem implicações na definição dos objectivos de gestão.

Os principais beneficiários das intervenções do Estado, isto é, as populações mais urbanizadas e com maior poder de influência nas decisões do Estado, tendem a estar menos conscientes da profunda complexidade dos sistemas naturais e, consequentemente, da totalidade das implicações de cada decisão de gestão.

Por exemplo, são frequentes as queixas sobre o uso do fogo controlado na Austrália e Califórnia, por parte de populações suburbanas incomodadas com o fumo daí resultante ou com a degradação temporária da qualidade estética da paisagem. Estas queixas têm conduzido em alguns locais a uma diminuição do uso do fogo no controlo de combustíveis. A posterior inevitabilidade de grandes fogos muito severos, em muitos casos com consequências dramáticas, não é considerada na decisão, por não ser facilmente apreensível pelas populações menos ligadas à dinâmica dos sistemas naturais.Por todas estas razões, e por ter um modelo centralizado de decisão baseado na autoridade[59], a legitimidade da gestão artificial de paisagens assenta no reconhecimento pelas pessoas comuns do carácter excepcional da paisagem, sobretudo em Estados democráticos.

Repetindo, o que reconhecemos como espaços naturais são afinal espaços em constante mutação e muitas vezes profundamente intervencionados, incluindo alguns casos de intervenções para manter a sua naturalidade.

Como se viu, há menos de 100 anos grande parte das nossas serras eram penedias a perder de vista, com pastagens renovadas por queimadas constantes e com rebanhos enormes que as percorriam quase diariamente, pastando os rebentos tenros do mato. Desde então um esforço titânico fez aparecer milhares de hectares de floresta, cerca de três milhões de hectares, 30% do territóriode Portugal. Alterações socioeconómicas fizeram desaparecer milhares de hectares de terras de

---

[59] Mesmo se contratualizado com terceiros.

cultivo[60] – primeiro os cereais pobres de Inverno do cimo dos montes, mais recentemente os pequenos retalhos de vales agricultados, muitas vezes com socalcos hoje a esboroar-se lentamente. E, ainda muitos prados de altitude para cuja manutenção era fundamental um complexo sistema de gestão da água.

Todas estas transformações, muito mais extensas e profundas que as introduzidas, por exemplo, por parques eólicos, se desenvolveram ao longo de anos, de tal maneira que ainda hoje algumas delas não são reconhecidas, havendo uma convicção generalizada de que Portugal é menos florestado que há 50 anos, o que não corresponde à realidade.

Ao contrário do que é a convicção de muitos defensores da conservação dos espaços naturais, não estamos perante a opção de conservar paisagens ancestrais ou aceitar a sua alteração mas perante a opção entre diferentes formas de evolução dessa paisagem.

Todos os dias convivemos com intervenções na paisagem que claramente ultrapassaram a sua escala, sem que isso nos choque particularmente.

Não incluindo aqui muitas casas solarengas que conhecemos, por exemplo, no vale do Lima, que pela sua posição e dimensão ultrapassam o que hoje consideraríamos uma escala de intervenção adequada face à paisagem pré-existente, centremo-nos, por economia de argumentação, no Douro vinhateiro, património mundial.

As intervenções a que hoje atribuímos este estatuto patrimonial não podem, em qualquer análise, ser consideradas como intervenções de pequena escala e respeitadoras da paisagem pré-existente.

A sedimentação das intervenções que resulta de um tempo longo, apesar da escala de intervenção gigantesca, leva-nos a aceitar mais facilmente estas alterações que outras mais pequenas mas muito mais concentradas no tempo, como parques eólicos, barragens ou estradas.

---

[60] Por exemplo, num estudo sobre evolução do uso do solo no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, verificou-se uma diminuição, entre 1958 e 2006, de 80% na área ocupada por olival.

cultivo[60] – primeiro os cereais pobres de Inverno do cimo dos montes, mais recentemente os pequenos retalhos de vales agricultados, muitas vezes com socalcos hoje a esboroar-se lentamente. E, ainda muitos prados de altitude para cuja manutenção era fundamental um complexo sistema de gestão da água.

Todas estas transformações, muito mais extensas e profundas que as introduzidas, por exemplo, por parques eólicos, se desenvolveram ao longo de anos, de tal maneira que ainda hoje algumas delas não são reconhecidas, havendo uma convicção generalizada de que Portugal é menos florestado que há 50 anos, o que não corresponde à realidade.

Ao contrário do que é a convicção de muitos defensores da conservação dos espaços naturais, não estamos perante a opção de conservar paisagens ancestrais ou aceitar a sua alteração mas perante a opção entre diferentes formas de evolução dessa paisagem.

Todos os dias convivemos com intervenções na paisagem que claramente ultrapassaram a sua escala, sem que isso nos choque particularmente.

Não incluindo aqui muitas casas solarengas que conhecemos, por exemplo, no vale do Lima, que pela sua posição e dimensão ultrapassam o que hoje consideraríamos uma escala de intervenção adequada face à paisagem pré-existente, centremo-nos, por economia de argumentação, no Douro vinhateiro, património mundial.

As intervenções a que hoje atribuímos este estatuto patrimonial não podem, em qualquer análise, ser consideradas como intervenções de pequena escala e respeitadoras da paisagem pré-existente.

A sedimentação das intervenções que resulta de um tempo longo, apesar da escala de intervenção gigantesca, leva-nos a aceitar mais facilmente estas alterações que outras mais pequenas mas muito mais concentradas no tempo, como parques eólicos, barragens ou estradas.

---

[60] Por exemplo, num estudo sobre evolução do uso do solo no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, verificou-se uma diminuição, entre 1958 e 2006, de 80% na área ocupada por olival.

Num certo sentido, todas as rupturas, isto é, todas as intervenções bruscas na paisagem, são intuitivamente rejeitadas por todos os que não beneficiam directamente com as intervenções.

Quer sejam florestações extensas, largas urbanizações, barragens, esporões, estradas, parques eólicos, cortes de árvores, todos nós, quando não directamente envolvidos, sentimos uma perda se, de repente, a paisagem que sempre nos pareceu imutável nos aparece alterada.

E em grande medida é um sentimento justo.

Carlos Drummond de Andrade retrata admiravelmente esta ideia em pouco mais de meia dúzia de versos:

Na minha rua
estão cortando árvores
botando trilhos
construindo casas.
Minha rua acordou mudada.
Os vizinhos não se conformam.
Eles não sabem que a vida
tem dessas exigências brutas.
Só minha filha goza o espetáculo
e se diverte com os andaimes,
a luz da solda autógena
e o cimento escorrendo nas formas.

Os parques eólicos são um bom exemplo de intervenções fortemente contestadas, em função da sua escala e da alteração do carácter da paisagem que provocam, tanto pela sua visibilidade a longas distâncias, como pela acessibilidade que criam a áreas até aí quase inacessíveis, como ainda pela natureza industrial da paisagem que criam, facilmente perceptível no seu interior.

Nesse sentido é inegável que os parques eólicos introduzem uma ruptura de paisagem muito significativa, mas ruptura não significa necessariamente perda. Procuremos distinguir boas e más rupturas de paisagem.

O juízo do cidadão médio não é padrão muito fiável em questões complexas que envolvem juízos estéticos, exactamente pela recusa intuitiva face ao desconhecido ou incerto[61]. Poderíamos procurar usar painéis de especialistas, mas a experiência tem mostrado como é difícil e conflitual esta opção. Posta de lado a posição iluminista de delegar a decisão em qualquer árbitro das elegâncias, resta o trabalho de procurar aprofundar a crítica da paisagem para saber como gerir paisagens com base em decisões de política pública.

Convém, no entanto, reconhecer-se que é razoável não aceitar rupturas em determinados territórios que o consenso social considera excepcionais.

As Fisgas de Ermelo, a Frecha da Mizarela, as escarpas do Douro Internacional, as Portas do Ródão, o Pulo do Lobo, são sítios consensualmente excepcionais sobre os quais podemos decidir que queremos aquelas paisagens como as conhecemos, sem rupturas, ainda que para isso as tenhamos de manter artificialmente como estão.

O critério de decisão na gestão de paisagens comuns deve ser o da contribuição das propostas para a racionalidade no uso dos recursos, sobretudo dos não renováveis.

Uma fonte cibernética ou a artificialização da margem de um rio são intervenções que reforçam a insustentabilidade do nosso modelo de sociedade, mesmo que apresentadas como valorizações do espaço público.

Um parque eólico é um contributo no sentido da sustentabilidade desde que não resulte de excessiva manipulação de tarifas de electricidade, distorcendo o conceito de racionalidade económica para lá da compensação de falhas de mercado.

A paisagem que reflectir sustentabilidade, isto é, uma relação inteligente dos homens com os recursos naturais, é a que tenderá a ser entendida e apreciada a prazo.

---

[61] O baiano Caetano Veloso, falando dos seus preconceitos sobre a cidade de São Paulo, antes de conhecer a paulista Rita Lee, resumiu: «é que Narciso acha feio o que não é espelho».

As rupturas que resultem do corte com modelos menos sustentáveis no uso dos recursos[62] serão as que devem ser entendidas como boas face às alternativas de evolução da paisagem.

Gerir paisagens não é pois um exercício de gosto sobre o seu aspecto final. Quando se reconhece a limitação da «mão invisível» na garantia de conservação de valores que estão para lá da racionalidade económica de curto prazo, é necessário um exercício de aprofundamento do conhecimento, integrando o tempo na avaliação dos efeitos das decisões tomadas.

Manter artificialmente paisagens, como é sempre a gestão de áreas protegidas, é um exercício de autoridade do Estado que se legitima na percepção pública de que há valores colectivos de longo prazo que devem ser mantidos, mesmo quando são economicamente desvalorizados no curto prazo.

A fortíssima pressão dos grupos de interesse, quer dos que beneficiam com a ausência de regras, quer os que detêm o poder de condicionar a «mão invisível», provoca uma grande susceptibilidade deste tipo de gestão à corrupção e às soluções socialmente ineficientes.

Por essa razão, a transparência e a participação pública são tão ou mais importantes para a qualidade da gestão que a qualidade técnica dos seus intervenientes. O que justifica um esforço acrescido de democratização da crítica da paisagem como instrumento essencial para a discussão alargada das políticas públicas de gestão de paisagem.

Título
Do Tempo e da Paisagem (Manual para leitura de paisagens)

Autor
Henrique Pereira dos Santos

Edição e *copyright*
Princípia, Cascais
1.ª edição – Março de 2010
© Princípia Editora, Lda.

***Design* da capa** Maia Moura Design (sob aguarela de Nuno Mendonça)
Execução Gráfica Guide Artes Gráficas, Lda.

ISBN 978-989-8131-66-9 • **Depósito Legal** 306661/10